

BICENTENARY OF FREEDOM OF THE PRESS (1821-2021)

Two hundred years ago, Portugal approved its first Law of Freedom of Press, following the liberal revolt (Porto, 24 August 1820). The Lisbon Courts voted for the law on 4 July and it was enacted on 12 July 1821, by King João VI, recently arrived from Brazil. From the very first article, the Courts' position was clear: there is no prior censorship.

Until then, the path to freedom had been long and dramatic, ever since Gutenberg's invention in the 15th century. A dark period that, after some short intervals, would carry on until the revolution of 25 April 1974. From the very first printing with moveable type carried out in Portugal (1487) until 2020, more than five centuries have passed (533 years). And it has been 485 years since censorship arrived alongside the Inquisition (in 1536). If we subtract the (almost) two years when the 1821 law was in force, plus around 30 years during the second half of the 19th century and the 47 years post-April revolution without censorship, we come to a total of around 405 years. This is the period of censorship Portugal has experienced: 405 years! From 1536, the Inquisition/censorship controlled what was written in the country. With the support of papal bulls, lists of books prohibited by Rome and the processions and bonfires of the Inquisition, the country eliminated any ideas that went against the orthodoxy of kings – or dictators – and popes or cardinals, who almost always had an affinity.

Thousands of authors and millions of texts (books and periodicals) were subject to prior censorship and punishment. From the outset, in the second edition of *The Lusíads*, by Camões, the sections relating to the 'island of love' were cut. Various works by Gil Vicente, Damião de Gois, Sá de Miranda, Father António Vieira, António José da Silva (The Jew), Bocage, Almeida Garrett, Aquilino Ribeiro, António José Saraiva, Natália Correia, Herberto Helder and Luandino Vieira, to name but a few, were censored, banned or burned. Many writers were imprisoned or exiled as a result of the official policy on expression of thought. But the resistance always showed signs of life. Diverse clandestine journals started to appear, after 'Espectro' (Spectre, 1846-47), by António Rodrigues Sampaio. To break through the barrier of censorship. Despite the repression, there was no lack, as time went by, of manifestos, engravings, films, pamphlets, caricatures and protests in favour of freedom.

Over the years, the processes of censorship had varied, but from the military coup of 28 May 1926 until 25 April 1974, there was no variation. There was continuity.

A long 48 years, which involved various policies to 'control thought'. It was the longest period of dictatorship in Europe. A time that saw the progressive refinement of the censorship machine, strongly marked by Salazar's genius.

Our history, before and after the first Law of the Press, clearly shows that 'the Authorities' have an aversion to freedom. With this in mind, celebrating the bicentenary of the first Law of Freedom of Press means marking a historic moment in the abolition of prior censorship. It might not have lasted very long, but it was undoubtedly a good example of the open-minded spirit of the liberal parliamentarians.

With the events of 25 April (1974), the Movement of the Armed Forces wiped out censorship and prior examination for good. On 26 February 1975, the Democratic Parliament that was formed after the 'Carnation Revolution' approved a Law of the Press without any prior restraint to freedom of thought or press. And it is still in force today.

This year of the bicentenary of the first Law of Freedom of Press marks the longest period in Portuguese history without an official regime of censorship. Almost half a century of FREEDOM! And so we must continue for many decades and centuries. Democracy requires the oxygen of eternal freedom.

Luiz Humberto Marcos



Obliterações do 1.º dia em First-day Cancellations

Loja CTT Restauradores
Praça dos Restauradores, 58
1250-998 LISBOA

Loja CTT Município
Rua Gonçalo Cristóvão, n.º 136
4000-999 PORTO

Loja CTT Zarco
Av. Zarco
9000-069 FUNCHAL

Loja CTT Antero de Quental
Rua Agostinho Pacheco, 16
9500-998 PONTA DELGADA

Encomendas a / Orders to
FILATELIA
Rua João Saraiva, 9
1700-248 LISBOA

Colecionadores / collectors
filatelia@ctt.pt
www.ctt.pt
www.facebook.com/FilateliaCTT

O produto final pode apresentar pequenas diferenças.
Slightly differences may occur in the final product.

Design: MAD Activities
Impressão / printing: Futuro, Lda.

Dados Técnicos / Technical Data

Emissão / issue
2021 / 07 / 12

Selos / stamps
C0,75 - 75 000
C0,84 - 75 000

Bloco / souvenir sheet
Com 1 selo / with 1 stamp
C2,50 - 35 000

Design
Atelier Pendão & Prior / Fernando Pendão

Créditos / credits

Selos / stamps

C0,75

Topo / top

«Pum!!! Cá está a rolar!», Desenho de Rafael Bordalo

Pinheiro, PONTOS NOS II. Lisboa, 1890;

Coleção / collection: Museu Nacional da Imprensa.

Fundo esquerda / background left

Gandra, Imprensa do (ed.), Nos memoráveis dias 4 e 12

de Julho de 1821 se decretou e promulgou a Liberdade

da Imprensa em Portugal pelas Cortes Geraes Extraordi-

nárias e Constituintes no Reinado D' El Rei Dom João VI /

Imprensa do Gandra (ed.). - Porto: Imp. do Gandra, 1822;

Coleção / collection: Museu Nacional da Imprensa.

Fundo direita / background right

«Liberdade de Falar», Suplemento Burlesco ao Patriota

/ ed. Manoel de Jesus Coelho. - Lisboa: n.º 270 (supl.

n.º 1722), 1850; Coleção / collection: Museu Nacional

da Imprensa.

C0,84

Topo / top

S.N.I., CENSURA, CX. 602; Coleção / collection:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Fundo esquerda / background left

Lei de Imprensa, 1975, Ministério da Comunicação Social,

Lisboa; Coleção / collection: Museu Nacional da Imprensa.

Fundo direita / background right

TIME, New York, 1946; Coleção / collection:

Museu Nacional da Imprensa.

Bloco / souvenir sheet

Ilustração / Illustration André Carrilho

Tradução / translation

Kennis Translations

Agradecimentos / acknowledgements

Museu Nacional da Imprensa.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Papel / paper - FSC 110 g/m2

Formato / size

Selos / stamps: 30,6 x 80 mm

Bloco / souvenir sheet: 95 x 125 mm

Picotagem / perforation

12 x 12^{1/2} e Cruz de Cristo / and Cross of Christ

Impressão / printing - offset

Impressor / printer - bpost Philately & Stamps Printing

Folhas / sheets - Com 20 ex. / with 20 copies

Sobrescritos de 1.º dia / FDC

C5 - C0,75

C6 - C0,56

Página / brochure

C0,85



LIBERDADE
DE IMPRENSA
1821 · 2021
PORTUGAL

BICENTENÁRIO DA LIBERDADE DE IMPRENSA 1821 · 2021



Há 200 anos, Portugal aprovava a primeira Lei de Liberdade de Imprensa, na sequência da revolta liberal (Porto, 24.08.1820). Votada pelas Cortes de Lisboa em 4 de julho, a Lei viria a ser promulgada, no dia 12 de julho de 1821 pelo rei João VI, recém-chegado do Brasil. Logo no 1.º artigo, fica clara a posição das Cortes: não há censura prévia. Até lá, tinham sido longos e dramáticos os caminhos da liberdade, desde a chegada do invento de Gutenberg, no séc. XV. Um período negro que, depois de curtos interregnos, haveria de prolongar-se até ao 25 de abril de 1974.

Desde as primeiras impressões com tipos móveis feitas em Portugal (1487) até 2020, passaram-se mais de cinco séculos (533 anos). E desde a chegada da censura com a Inquisição (em 1536) já lá vão 485 anos. Se lhes retirarmos dois anos (quase) de vigência da lei de 1821, mais cerca de 30 anos na 2ª metade do séc. XIX e os 47 anos de pós-25 de abril sem censura, ficam cerca de 405 anos. Este é o tempo de censura atribuído a Portugal: 405 anos!

A Inquisição/Censura controlava, desde 1536, o que se escrevia no país. Com o apoio de bulas papais, de listas de livros proibidos por Roma e com os cortejos e fogueiras inquisitoriais, o país foi eliminando as ideias contrárias à ortodoxia de reis - ou ditadores - e papas, ou cardeais, quase sempre em boa comunhão.

Milhares de autores e milhões de textos (livros e jornais) foram alvo de censura prévia e castigo. Desde logo, a 2.ª edição de *Os Lusíadas*, de Camões, ficou cortada nas partes relativas à «Ilha dos amores». Várias obras de Gil Vicente, Damião de Gois, Sá de Miranda, Padre António Vieira, António José da Silva (O Judeu), Bocage, Almeida Garrett, Aquilino Ribeiro, António José Saraiva, Natália Correia, Herberto Helder e Luandino Vieira, entre outros, foram censuradas, proibidas ou queimadas.

Vários escritores foram presos ou exilados, em resultado do policiamento oficial das expressões

do pensamento. A resistência deu sempre sinais de vida. Diversos jornais clandestinos foram aparecendo, depois do «Espectro» (1846-47), de António Rodrigues Sampaio. Para romper com o cerco censório. Mesmo sujeitos à repressão, não faltaram, ao longo dos tempos, manifestos, gravuras, filmes, panfletos, caricaturas ou protestos, em favor da liberdade.

Ao longo dos tempos, os processos de censura foram variando, mas depois do «28 de maio» de 1926 até 25 de abril de 1974, não houve variação. Houve continuidade. Tempo longo de 48 anos, com o envolvimento de várias polícias no «controlo do pensamento». Foi o período ditatorial mais longo na Europa. Um tempo sujeito a apuramentos progressivos da máquina censória, fortemente marcada pelo génio de Salazar.

A nossa história, antes e depois da 1.ª Lei de Imprensa, mostra à evidência que «o Poder» tem aversão à liberdade. Neste contexto, celebrar o bicentenário da 1.ª lei da Liberdade de Imprensa é assinalar um marco histórico relativo à abolição da censura prévia. Sabe-se que durou pouco tempo, mas foi um bom exemplo do espírito aberto dos deputados liberais.

Com o 25 de abril (1974), o Movimento das Forças Armadas extinguiu de vez a censura e o exame prévio. A 26 de fevereiro de 1975, o Parlamento Democrático saído da «Revolução dos Cravos» aprova uma Lei de Imprensa sem qualquer limitação prévia à liberdade de pensamento e imprensa. Até hoje.

Neste ano do bicentenário da 1.ª lei da liberdade de imprensa, vive-se o período mais longo da história portuguesa sem regime oficial de censura. Quase meio século de LIBERDADE!

Precisamos de continuar por décadas e séculos. A democracia exige o oxigénio de uma liberdade eterna.

Luiz Humberto Marcos

